

Brasil revê condições da rolagem *Diário Ex*

CORREIO DA ECONOMIA

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

O Brasil quer rever, mesmo com renegociação restrita a dois anos, todas as condições de rolagem da dívida externa do País de US\$ 99,6 bilhões e apenas como última alternativa pedirá nova prorrogação do acordo provisório de renovação automática dos compromissos vencidos desde o início do ano, com a manutenção de todas as cláusulas acordadas em 1984. O presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans, informou que a simples prorrogação do acordo provisório "só é bom negócio para os credores" e levantamento do Banco Central mostrou que uma renegociação efetiva — a chamada fase 3 — pode trazer sete vantagens qualitativas na gestão da dívida brasileira.

Em termos de custos diretos, o Brasil não pode dispensar os pedidos de redução do spread — taxa de risco — e das comissões pagas aos bancos credores, já que não tem poder de interferência na formação dos juros básicos do euromercado (Libor) ou do mercado norte-americano (prime). Em 1984, por força de três prorrogações do acordo provisório, o Brasil ainda pagou spread de 1,75%

no ano acima da prime ou de 2% acima da libor, enquanto a Venezuela e o México pagaram 1,125%, a Argentina 1,375% e as Filipinas 1,625%. Como o Brasil revelou desempenho em suas contas externas superior aos dos demais grandes devedores, natural que insista pelo menos na redução do spread para 1,162% ao ano, conforme propusera o ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, nas conversações preliminares da fase, ao final do governo passado.

Ao longo deste ano, a falta de acerto definitivo para a rolagem da dívida custou ao País US\$ 16,5 milhões adicionais de spread e mais de US\$ 70 milhões de comissões de participação — flat fee. No encaminhamento da fase 3, Pastore exigiu o fim de todas as comissões: 1% de flat; 0,25% de comissão de coordenação; valor fixo de comissão de agenciamento, e outras. O diretor de assuntos para a dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, representou o Brasil, esta semana, na rodada de três dias de negociação com o comitê de assessoramento dos bancos credores, e reiterou que, "dificilmente", o País voltará a aceitar o pagamento de comissões além do spread.

Ainda para reduzir os

custos globais da rolagem da dívida, o Banco Central pretende manter "limitado" o reempréstimo dos recursos dos compromissos reescaloados. Desde outubro último, diante da cobrança abusiva de comissões por fora — na maioria das vezes, em cruzeiros — dos Estados e Municípios, o Banco Central restringiu os reempréstimos ao setor privado e com tetos mensais. Para janeiro de 1986, por exemplo, o teto de reempréstimo dos recursos em depósito no Banco Central será de apenas US\$ 50 milhões.

Em razão da incerteza ainda vigente quanto à política fiscal norte-americana, o Banco Central quer também atrelar maior parcela da dívida brasileira à taxa do euromercado (Libor), ainda considerada de menor risco de surpresa que a prime — juros preferenciais dos Estados Unidos. Pelo mesmo motivo, o Brasil tem interesse em contratar mais empréstimos em outras moedas que não o dólar norte-americano. Na fase 2, de 1984, 93% do jumbo de US\$ 6,5 bilhões permaneceram vinculados ao dólar e 87% da dívida reescaloadada por nove anos, com cinco de carência, também. O diretor da área bancária do Banco Central, Carlos Tha-

deu de Freitas Gomes, 38, observou, que a dívida mais barata do Brasil ainda é aquela contraída com a colocação de bônus em leões, marcos, francos suíços e outras moedas.

Segundo Freitas Gomes, a diversificação de moedas agrada ao Brasil e também aos credores. "Os bancos temem a variação brusca do dólar e querem adequar seus ativos às moedas que lastreiam melhor suas operações passivas" — explicou o diretor da área bancária do Banco Central. Para mudar da prime para a libor, o Banco Central dará preferência à aprovação dos contratos que embutam atrelamento à taxa básica do euromercado.

"Sem a exigência de dinheiro novo, o que seria muito mais difícil de negociar, o Brasil deve forçar as vantagens qualitativas em termos de custos e prazos" — reiterou Freitas Gomes. Mas, o atendimento à proposta brasileira contrária a qualquer acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tornará os banqueiros mais duros na questão de prazos e exigentes na vinculação dos contratos ao foro de Nova Iorque, com a abertura de mão pelo Brasil da imunidade aos seus bens no exterior.

22 DEZ 1985